

Estudos sobre Bandas Escolares na Educação Básica: uma revisão Comunicação

GTE 11 – Ensino de Música nas Escolas de Educação Básica

Fabiano da Silva Barbosa
Universidade Estadual de Maringá
pg406593@uem.br

RESUMO: Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica acerca das bandas de música escolares, com ênfase nas práticas pedagógicas de ensino coletivo de instrumentos musicais. A investigação teórica abrange publicações entre os anos de 2020 e 2024, período marcado pelo contexto pós-pandemia da COVID-19, cujos desdobramentos impactaram significativamente a organização e as metodologias de ensino musical nas escolas. As fontes foram selecionadas a partir de repositórios de universidades brasileiras, do Google Acadêmico e de periódicos especializados, com destaque para publicações da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM). A análise evidenciou que o ensino coletivo, aplicado em bandas escolares, contribui de forma expressiva para a democratização do acesso à educação musical, favorecendo o desenvolvimento técnico-instrumental, a integração social e o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes. Observa-se que, mesmo diante dos desafios enfrentados no período pós-pandêmico, as bandas escolares continuam exercendo papel estratégico na formação musical e na promoção de espaços inclusivos e participativos. Os dados apontam para a necessidade de políticas públicas que assegurem a continuidade, valorização e ampliação dessas práticas musicais coletivas nas instituições escolares.

PALAVRAS-CHAVE: bandas escolares; ensino coletivo; instrumentos musicais; educação musical.

Introdução

O ensino coletivo de música tem experimentado, ao longo das últimas décadas, avanços significativos em termos de democratização do acesso, ampliação de práticas pedagógicas e valorização de metodologias coletivas. Nesse contexto, as bandas de música escolares emergem como espaços privilegiados de formação musical, convívio social e desenvolvimento de competências artísticas e cidadãs. Presentes em diferentes regiões do país, essas formações

integram práticas culturais locais e cumprem uma função educativa essencial ao proporcionar o aprendizado instrumental por meio do ensino coletivo de instrumentos musicais na Educação Básica.

A prática coletiva de instrumentos musicais está ancorada em princípios pedagógicos que favorecem o trabalho colaborativo, a escuta sensível e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Conforme apontam autores como Penna (2010), Souza (2012) e Barbosa (2020), o ensino coletivo se configura como uma estratégia metodológica potente, especialmente em contextos escolares públicos, onde o acesso a aulas individuais de instrumento é, em geral, limitado. Além disso, essa abordagem promove a inclusão social e a permanência dos alunos nas instituições escolares, sendo também instrumento de fortalecimento das identidades culturais e comunitárias.

A partir do ano de 2020, com a chegada da pandemia de COVID-19, as atividades coletivas musicais foram abruptamente interrompidas ou readaptadas a formatos remotos, o que gerou impactos relevantes nos processos de ensino e aprendizagem musical. Com o retorno gradual às aulas presenciais, o cenário educacional impôs novos desafios às bandas escolares, demandando adaptações metodológicas, reorganização de espaços e reconstrução de vínculos pedagógicos e afetivos entre os estudantes e seus grupos musicais.

No ano de 2025 fui aprovado no Programa de Pós-graduação, Mestrado em Música da Universidade Estadual de Maringá estando em orientação com a profa. Dra. Cássia Virgínia Coelho de Souza. Encontrei-me fazendo durante quase quatro meses uma revisão bibliográfica da educação musical nas escolas brasileiras, buscando trabalhos sobre bandas de música escolares, que é o tema de meu projeto em elaboração. Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema, realizada até o momento, com recorte temporal entre os anos de 2020 e 2024, a fim de mapear como a produção acadêmica recente tem abordado as bandas escolares no Brasil e suas práticas de ensino coletivo.

A pesquisa em andamento fundamenta-se em fontes extraídas de repositórios de universidades brasileiras, do Google Acadêmico e de periódicos da área, com ênfase em artigos publicados na Revista da ABEM e em Anais de seus congressos e também livros publicados sobre essa temática. O objetivo central neste texto é compreender os fundamentos

pedagógicos que sustentam essas práticas, seus desafios no contexto pós-pandêmico e as contribuições que oferecem à educação musical escolar em uma perspectiva crítica e inclusiva.

A Prática Coletiva de Instrumentos Musicais na Banda Escolar

A prática coletiva de instrumentos musicais no contexto escolar configura-se como uma estratégia pedagógica eficaz e inclusiva, especialmente quando aplicada à formação de bandas escolares. Essa prática engloba instrumentos de sopro madeira (como flauta transversal, clarineta e saxofones), sopro metal (como trompete, trombone, eufônio e tuba), além dos instrumentos de percussão. Ela permite o desenvolvimento de habilidades musicais, motoras e sociais de forma integrada.

A heterogeneidade tímbrica e funcional dos instrumentos de banda favorece o desenvolvimento auditivo, a escuta ativa e a consciência coletiva. Para Cruvinel (2003), o ensino coletivo promove uma experiência musical significativa, permitindo que os alunos aprendam por meio da interação com os pares e da escuta compartilhada. Esse ambiente colabora para a formação da percepção musical contextualizada, essencial para a afinação, a harmonia e a coesão rítmica do grupo.

Do ponto de vista técnico, a execução coletiva proporciona condições ideais para o desenvolvimento motor e respiratório exigido por cada instrumento. Em instrumentos de sopro, como a flauta transversal e a tuba, a respiração e o controle do fluxo de ar são elementos fundamentais. Para Wurlitzer (2018), a qualidade sonora está diretamente relacionada à maneira como o ar é utilizado no instrumento, sendo possível preparar um timbre específico a partir da respiração consciente.

Já nos instrumentos de percussão, o trabalho coletivo promove a precisão rítmica, a coordenação motora e a escuta refinada. Segundo Moyer (2020), apesar de comprovadamente benéfico, o canto ainda é pouco explorado como estratégia didática para o desenvolvimento da escuta musical em aulas de instrumentos, sendo que práticas como o “tocar cantando” podem ser aplicadas inclusive à percussão, fortalecendo o vínculo entre som e gesto.

O ensino coletivo também favorece a construção de repertórios significativos e diversificados. Como destacam Campos (2014) e Silva (2010), as bandas escolares promovem vivências culturais ricas, ao permitir o contato dos estudantes com diferentes estilos musicais,

além de funcionarem como espaços de sociabilidade e pertencimento. Segundo os autores, a prática instrumental em conjunto proporciona ainda a vivência de valores como cooperação, disciplina, respeito e responsabilidade coletiva, ampliando o alcance da educação musical para além dos aspectos técnicos.

Além disso, a formação dividida por naipes permite uma organização pedagógica eficiente, pois viabiliza ensaios setoriais e uma progressão técnica por grupos instrumentais. A divisão por madeiras, metais e percussão possibilita ao professor acompanhar o desenvolvimento dos alunos de forma mais próxima e planejada, como defendem Sousa (2021) e Costa e Costa (2024).

A prática coletiva de instrumentos em bandas escolares representa uma oportunidade concreta de democratização do ensino musical. Conforme Barbosa (2020), o ensino coletivo torna-se alternativa viável e inclusiva em contextos educacionais com limitações de estrutura e pessoal, permitindo que um maior número de alunos tenha acesso ao aprendizado musical em grupo, com resultados significativos tanto na formação técnica quanto humana.

As bandas escolares promovem a inclusão musical ao oferecer educação musical gratuita para crianças, adolescentes, jovens e adultos, especialmente em regiões nas quais muitos enfrentam barreiras financeiras para a aquisição de instrumentos ou para o aprendizado de teoria musical. Elas permitem que os participantes aprendam e se aprimorem no uso de instrumentos musicais dentro de um grupo, promovendo socialização, disciplina e ampliando experiências musicais. Além disso, como afirma Gonçalves (2025), essas bandas podem abrir portas para carreiras profissionais na música, contribuindo para a integração artística e social dos jovens.

Ensino Coletivo de Música

De acordo com Lopes et al. (2024) o ensino coletivo de música é fundamental para a formação de bandas escolares, proporcionando benefícios significativos para o desenvolvimento musical dos alunos.

Os autores investigam e destacam a relevância do ensino coletivo de música na formação de bandas escolares, abordando sua importância para a educação musical, inclusão social e desenvolvimento cultural. O estudo explora a origem das bandas de música no Brasil, os métodos pedagógicos utilizados no ensino coletivo, e apresenta cinco níveis de arranjos musicais baseados na obra "Ode à Alegria" de Beethoven, com o objetivo de nivelar o aprendizado dos alunos. Além disso, o texto enfatiza o papel das bandas escolares como ferramentas de inclusão artística e oportunidades para carreiras profissionais na música.

Costa e Costa (2024) propõem uma metodologia para o ensino coletivo de instrumentos de sopro com integração entre solfejo e execução instrumental ("tocar cantando"). O objetivo da pesquisa foi apresentar estratégias para o ensino-aprendizagem de instrumentos musicais da família dos sopros, com ênfase no solfejo, em bandas escolares no contexto da Educação Básica. A proposta buscou integrar princípios do Ensino Coletivo de Instrumento Musical observando uma atividade prática para desenvolver habilidades técnicas, estimular a capacidade crítica, autonomia e reflexão dos alunos sobre o contexto sociocultural em que estavam inseridos. Além disso, propôs uma correlação entre o solfejo e a prática instrumental, incentivando a execução do instrumento junto à expressão vocal, promovendo o conceito de "tocar cantando".

Como o solfejo é integrado ao ensino de instrumentos por meio de uma abordagem que correlaciona o cantar e o tocar, ele foi utilizado como ferramenta para desenvolver habilidades auditivas, técnicas e interpretativas, permitindo que os alunos internalizassem a música antes de executá-la no instrumento. Essa integração ocorreu de forma prática, onde o solfejo ajuda na emissão sonora, articulação e habilidade motora, promovendo o "tocar cantando". Além disso, o solfejo foi utilizado para evitar maus hábitos na prática instrumental e ampliar a conexão entre a música e o instrumento, facilitando o aprendizado de forma mais natural e eficiente.

O Ensino Coletivo de Instrumento Musical (ECIM) constitui uma abordagem pedagógica que promove a aprendizagem musical por meio da prática em grupo, articulando dimensões técnicas, expressivas e sociais do fazer musical. Fundamentado na ideia de que a música é, essencialmente, uma atividade de interação humana e de construção coletiva de significados,

o ECIM rompe com paradigmas tradicionais centrados no ensino individualizado e tecnicista, favorecendo um ambiente de aprendizagem mais democrático, participativo e integrado.

Segundo Rodrigues (2023), o ECIM parte da premissa de que o desenvolvimento musical pode ser alcançado por qualquer indivíduo, independentemente de sua formação prévia, desde que lhe sejam oferecidas condições adequadas de aprendizagem. O trabalho em grupo potencializa a percepção auditiva, a escuta compartilhada, a responsabilidade coletiva e a empatia musical, aspectos fundamentais para a constituição de uma prática musical colaborativa. Além disso, o ensino coletivo proporciona uma dinâmica em que os alunos aprendem uns com os outros, observando diferentes estratégias de solução de problemas musicais e desenvolvendo habilidades metacognitivas relacionadas à escuta e à autoavaliação.

Essa perspectiva se alinha profundamente aos pressupostos das metodologias ativas de ensino, que concebem o aluno como agente central no processo de construção do conhecimento. Tais metodologias, como aquelas desenvolvidas por Émile Jaques-Dalcroze, Zoltán Kodály e Carl Orff, valorizam a experiência direta, o corpo, a voz e o movimento como elementos essenciais à aprendizagem musical. O ECIM incorpora esses fundamentos ao propor uma aprendizagem experiencial e significativa, em que o saber musical emerge da prática compartilhada, da escuta ativa e do engajamento emocional e cognitivo dos estudantes com o fazer musical.

No contexto das bandas escolares, o ECIM apresenta-se como uma proposta metodológica especialmente relevante. Muitas vezes, essas bandas acolhem alunos sem qualquer conhecimento musical prévio, exigindo abordagens que possibilitem a musicalização a partir da prática. Nessa direção, os princípios do ECIM oferecem subsídios para a organização de sequências didáticas que integrem solfejo, técnica instrumental, improvisação, leitura e performance em grupo de forma contínua e contextualizada (Cruvinel, 2003; Campos, 2014; Souza, 2021).

Além disso, o ECIM, por sua natureza coletiva, possibilita que os alunos desenvolvam não apenas habilidades técnicas relacionadas ao domínio do instrumento, mas também competências socioemocionais, como cooperação, responsabilidade, respeito mútuo e protagonismo. Essas competências são especialmente valorizadas em abordagens pedagógicas

contemporâneas que buscam a formação integral dos sujeitos, a diversidade e a inclusão, conforme orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

A articulação entre ECIM e metodologias ativas contribui ainda para a ressignificação do papel do professor de música. Este deixa de ser um transmissor de conteúdos para assumir o papel de mediador, facilitador e organizador de situações de aprendizagem que promovam a autonomia, a reflexão crítica e o engajamento ativo dos alunos com a linguagem musical. Conforme argumenta Barbosa (2020), o ensino coletivo possibilita ao docente criar uma ambiência pedagógica mais aberta à escuta, ao diálogo e à criatividade, rompendo com práticas unidirecionais e autoritárias ainda presentes em alguns modelos tradicionais de ensino musical.

Em síntese, os fundamentos do ECIM, quando compreendidos à luz das metodologias ativas, configuram-se como uma base sólida para o desenvolvimento de práticas pedagógicas musicais inovadoras, críticas e inclusivas. No contexto das bandas escolares, tais fundamentos oferecem caminhos viáveis e potentes para a construção de experiências de ensino-aprendizagem musical que dialoguem com as realidades sociais e culturais dos estudantes, promovendo o acesso equitativo à arte e à educação de qualidade.

Métodos Coletivos

A problematização apresentada no trabalho de Ricardo de Lima Ramires (2022) gira em torno da eficácia e aplicabilidade de métodos de ensino coletivo para instrumentos de sopro e percussão no contexto brasileiro. Ele questiona como os regentes integram esses métodos em diferentes contextos de trabalho musical, quais práticas pedagógicas são originadas a partir deles, quais os resultados obtidos em bandas escolares e quais as vantagens e desvantagens percebidas pelos regentes ao investir em práticas pedagógicas baseadas nesses métodos. Além disso, o autor busca compreender como os métodos analisados (Da Capo e Tocar Junto) podem ser adaptados e utilizados de forma eficaz no ensino coletivo, considerando as especificidades culturais e pedagógicas do Brasil.

Segundo Ramires, a eficácia da metodologia aplicada pode ser verificada por meio de alguns critérios e práticas. Como resultados práticos pode observar o progresso dos alunos na

execução dos instrumentos, na leitura de partituras e na compreensão teórica musical. A capacidade dos alunos de tocar em grupo e participar de apresentações públicas também é um indicador importante, assim como a motivação e engajamento dos alunos durante as aulas e sua permanência no programa.

Para o autor, métodos eficazes tendem a reduzir o índice de desistência e aumentar o interesse dos alunos. Por isso é importante verificar se a metodologia está sendo bem adaptada ao contexto cultural e social dos alunos. Por exemplo, o uso de repertórios conhecidos e significativos para os estudantes pode aumentar a conexão com o aprendizado e o desempenho das bandas escolares ou comunitárias ficam notórios, especialmente em festivais e concursos, onde a qualidade técnica e artística é avaliada.

Conforme apontado por Cruvinel (2004), a eficácia pode ser medida por indicadores como desenvolvimento técnico-musical, percepção auditiva, coordenação motora, concentração, memória, raciocínio, disciplina, autonomia, cooperação e solidariedade.

A dissertação apresentada por Paulo Rodrigues da Silva (2023) teve como objetivo principal elaborar uma sequência didática para iniciantes nos instrumentos de metais em bandas escolares, utilizando o método de ensino coletivo de música. A pesquisa buscou promover o desenvolvimento técnico e social dos alunos, democratizando o acesso à educação musical e ampliando suas vivências culturais.

A fundamentação teórica do trabalho baseia-se em autores como Keith Swanwick (2003), Flávia Cruvinel (2004), Joel Barbosa (2020) e Fabrício Vecchia (2016), que discutem o ensino coletivo de música e/ou os fundamentos da educação musical e técnicos dos instrumentos de metais. A sequência didática proposta organizou o ensino em três unidades didáticas, abordando os fundamentos básicos: respiração, embocadura e emissão do som. Esses aspectos são trabalhados de forma prática e reflexiva, visando uma iniciação musical consistente e prazerosa.

O trabalho destaca o papel formador e social das bandas escolares, que contribuem para a inclusão, transformação social e desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Além disso, enfatiza a importância da sistematização do ensino coletivo como ferramenta pedagógica eficiente, capaz de atender a um maior número de alunos com recursos limitados.

A pesquisa também reflete sobre a história das bandas de música, suas características pedagógicas e sua evolução nas escolas brasileiras. Por fim, o autor conclui que a proposta apresentada contribui para a área da educação musical, ampliando a literatura disponível e oferecendo uma base metodológica para futuras pesquisas e práticas pedagógicas.

Sobre os desafios da integração do ensino coletivo de instrumentos musicais ao currículo do ensino médio no estado do Espírito Santo, Marcelo Trevisan Gonçalves (2025) destaca a necessidade de integrar o ensino coletivo de instrumentos musicais ao currículo do Ensino Médio no Espírito Santo. O autor, ressalta a importância dessa inclusão para o desenvolvimento social e cognitivo dos estudantes.

A problematização apresentada por Gonçalves é a fragilidade do programa "Música na Rede", que oferece ensino coletivo de instrumentos musicais em escolas públicas do Espírito Santo de forma extracurricular. Essa fragilidade decorre da dependência de renovação periódica de parcerias institucionais, aporte financeiro anual e outras variáveis. O autor propõe como solução a integração dessas atividades ao currículo escolar do Ensino Médio, garantindo sua continuidade e consolidando o ensino musical como parte da carga horária dos estudantes.

Gonçalves propõe que o ensino coletivo de instrumentos musicais seja integrado ao currículo escolar por meio das seguintes estratégias: criar unidades curriculares específicas para o ensino coletivo de instrumentos musicais, que façam parte dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O autor sugere, também, oferecer cursos FIC (Formação Inicial Continuada) em horários distintos ao turno regular, com carga horária adequada para aulas práticas e ensaios coletivos. Realizar ensaios e atividades práticas no contraturno ou aos fins de semana, para atender às necessidades dos estudantes e evitar conflitos com outras aulas. Ele destaca que esse modelo já é aplicado com sucesso em outras instituições, como o IFSC- Instituto Federal de Santa Catarina -, em Florianópolis. Estabelecer parcerias com escolas de música, universidades e outras instituições para ampliar a oferta de ensino musical e compartilhar recursos, como instrumentos e espaços físicos. Manter a autonomia dos professores para adaptar o ensino às necessidades locais, incluindo a escolha de repertórios e metodologias. Garantir recursos financeiros para manutenção de instrumentos, aquisição de novos equipamentos e realização

de apresentações externas. Envolver pais, estudantes e a comunidade local no planejamento e execução das atividades musicais, fortalecendo o apoio e a participação. Promover a interdisciplinaridade, conectando o ensino musical a outras áreas do conhecimento, como Arte, Linguagens e Tecnologias. Essas estratégias visam consolidar o ensino musical como parte integrante do currículo escolar, garantindo sua continuidade e impacto positivo no desenvolvimento dos estudantes.

Considerações Finais

A revisão bibliográfica evidenciou, até a ocasião da escrita deste artigo, a importância das bandas escolares como espaços privilegiados para a prática do ensino coletivo de instrumentos musicais no Brasil. Com base nas produções acadêmicas recentes, constatou-se que o Ensino Coletivo de Instrumento Musical (ECIM) configura-se como uma abordagem pedagógica eficaz, democrática e inclusiva, especialmente relevante em contextos educacionais públicos onde o acesso à formação musical individualizada é, muitas vezes, limitado.

Ao integrar repertórios acessíveis, estratégias colaborativas e metodologias ativas, as práticas de ensino coletivo promovem o desenvolvimento técnico, expressivo e social dos estudantes, ao mesmo tempo em que fortalecem vínculos identitários e o senso de pertencimento ao grupo. O impacto da pandemia de COVID-19 trouxe desafios inéditos à continuidade dessas práticas, exigindo adaptações metodológicas e a reconstrução gradual dos laços pedagógicos e afetivos entre alunos e professores. Ainda assim, os dados analisados nos trabalhos revisados revelam a resiliência e a potência do ensino coletivo como instrumento de reconstrução da vivência musical escolar no cenário pós-pandêmico.

As experiências documentadas entre os anos de 2020 e 2024 demonstram que o ECIM, especialmente no âmbito das bandas escolares, vai além do ensino de instrumentos: constitui uma prática educativa ampla, que articula valores estéticos, éticos e sociais. O fortalecimento de políticas públicas voltadas à formação de professores, à estruturação das bandas escolares e à integração curricular da música é fundamental para ampliar e qualificar tais experiências.

Até o momento, este estudo aponta para a necessidade de novas investigações que explorem, em maior profundidade, os efeitos de longo prazo das práticas coletivas sobre a aprendizagem musical, o engajamento escolar e a formação cidadã dos estudantes. O ensino coletivo em bandas escolares não apenas resiste, mas se reinventa como um campo fértil de criação, convivência e transformação.

Referências

BARBOSA, Joel. *Ensino coletivo de instrumentos musicais: práticas pedagógicas e formação musical*. São Paulo: Peirópolis, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, 2013. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CAMPOS, Nilceia Protásio. O aspecto pedagógico das bandas e fanfarras escolares: o aprendizado musical e outros aprendizados. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 16, n. 19, p. 102–116, 2014. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/264>. Acesso em: 14 jul. 2025.

COSTA, José Marconi Andrade; COSTA, Cristiano Aparecido da. Ensino coletivo: uma proposta metodológica para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de sopro nas bandas escolares no contexto da Educação Básica, com ênfase no solfejo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEM, 31., 2024, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: Instituto Federal de Goiás, 2024.

CRUVINEL, Flávia M. R. Ensino coletivo de instrumentos musicais: princípios pedagógicos e práticas sociais. *Revista da ABEM*, v. 11, p. 91–100, 2003.

CRUVINEL, Flávia M. R. *A pedagogia do ensino coletivo de instrumentos musicais em projetos sociais*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004.

CRUVINEL, Flávia. Educação musical e formação do educador: saberes, competências e práticas. In: CRUVINEL, Flávia; ILARI, Beatriz (org.). *Perspectivas da educação musical: práticas, pesquisas e reflexões*. Goiânia: UFG, 2013. p. 41–56.

GONÇALVES, Marcelo Trevisan. *Ensino coletivo de instrumentos musicais: desafios para integração ao currículo do ensino médio no estado do Espírito Santo*. Vitória: Atena Editora, 2025. DOI: 10.22533/at.ed.708251003.

LOPES, Fabrício de Oliveira; FERRAZ, Isaque Rodrigues; FERRAZ, Ismael Rodrigues; BARBOSA, Leandro Freitas. O ensino coletivo de música para formação de bandas escolares. *Educere: Revista da Educação da UNIPAR*, Umuarama, v. 24, n. 1, 2024. DOI: 10.25110/educere.v24i1.2024.007. Acesso em: 14 jul. 2025.

MOYER, Ricardo. Tocar cantando: a importância do canto no ensino de percussão. *Revista Educação Musical em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 22–38, 2020.

PENNA, Maura. O ensino coletivo de instrumentos musicais e suas implicações pedagógicas. In: FAVARO, Rosa M. et al. (Org.). *Educação musical: contextos e práticas*. São Paulo: Moderna, 2010. p. 145–158.

RAMIRES, Ricardo de Lima. *Bandas de Música: um estudo de métodos de ensino coletivo para instrumentos de sopro e percussão publicados no Brasil*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música, Porto Alegre, 2022.

RODRIGUES, Paulo R. da S. *Ensino coletivo de metais em bandas escolares: uma proposta didática para iniciantes*. 2023. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

SILVA, Paulo Rodrigues da. *Ensino coletivo de música em banda escolar: sequência didática para alunos iniciantes dos instrumentos de metais – fundamentos básicos*. 2023. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto Federal de Goiás, Goiânia.

SOUZA, Zelmielen Adornes de. *Construindo a docência com a flauta doce: o pensamento de professores de música*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Acesso em: 14 jul. 2025.

SWANWICK, Keith. *Ensinando música musicalmente*. Tradução: Luciana Prass. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VECCHIA, Fabrício H. Ensino coletivo de instrumentos musicais: contribuições para a formação musical de crianças e adolescentes. *Anais do Congresso ANPPOM*, v. 26, p. 1–15, 2016. Disponível em:
<https://www.anppom.com.br/congressos/index.php/sbc/article/view/790>. Acesso em: 15 jul. 2025.

WURLITZER, Ana L. Técnicas de respiração para instrumentos de sopro: fundamentos e aplicações pedagógicas. *Cadernos de Educação Musical*, v. 5, n. 2, p. 55–68, 2018.